

Aos catorze dias do mês de julho, pelas catorze horas e trinta minutos, no Auditório da Escola Secundária Felismina Alcântara, sob a presidência do senhor Diretor Agnelo Figueiredo, reuniu o Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de Mangualde, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Relatórios circunstanciados: aprovação;
2. Relatório dos Projetos “Reforçar o Português – 1º ano” e “Projeto ++”: análise;
3. Relatório PAASA: análise;
4. Resultados dos exames do 9º, 11º e 12º anos: 1ª análise;
5. Plano Estratégico para o ano letivo de 2015/2016: análise e aprovação;
6. Programas Educativos Individuais: ratificação/aprovação;
7. Síntese da Avaliação das Bibliotecas Escolares do Agrupamento;
8. Análise dos resultados da avaliação das aprendizagens das crianças;
9. Outros assuntos.

Estiveram presentes todos os seus membros, à exceção do conselheiro Fernando Pereira, por se encontrar em serviço oficial.

Dando cumprimento ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, foram analisados os relatórios circunstanciados, em especial, de três alunos abrangidos pela alínea e) “currículo específico individual” com propostas de alteração ao nível da sequencialidade de ano de escolaridade, em função do seu nível etário. Beatriz Maria Simões Graça, EB1 Abrunhosa do Mato, com frequência para o 4º ano de escolaridade, Luís Carlos Pereira Gomes, 9.ºano e Ricardo Jorge Rodrigues Henriques, 10.º ano. Tais propostas alicerçam-se no ponto 2 do artigo 20.º do Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro: “os alunos com currículos específicos individuais não estão sujeitos ao regime de transição de ano escolar nem ao processo de avaliação característico do regime educativo comum, ficando sujeitos aos critérios específicos de avaliação definidos no respetivo programa educativo individual”. Todos os relatórios foram aprovados, sendo a respetiva lista anexada à presente ata.

Atendendo ao segundo ponto, o Presidente deu a palavra à conselheira Alina Duarte que, reportando-se ao primeiro projeto, procedeu a uma análise dos resultados obtidos, destacando a melhoria na disciplina de português e a descida em matemática, conforme se constata no relatório que se anexa a esta ata. Informou ainda que, no último período, houve aulas de apoio organizadas em grupo de homogeneidade relativa, para preparação das provas de exame, tendo os resultados obtidos sido superiores, nas duas disciplinas, à média nacional. No que respeita ao projeto “Reforçar o Português-1º ano”, cujo relatório se constitui como anexo a esta ata, a mesma conselheira referiu a taxa de sucesso verificada, sendo, contudo, inferior à do ano transato, não obstante o grupo de alunos não ser naturalmente o mesmo. Alertou para o facto de, no próximo ano letivo, quinze destes alunos terem de continuar a ser

alvo de acompanhamento individualizado. Para tal sugeriu que o Projeto, no próximo ano letivo, seja alvo de reformulações. Nesse sentido, deverão ser implementadas, nos 1º e 2º anos, logo a partir do 1º período, aulas de apoio para os alunos com mais dificuldade, as quais teriam como objetivo, entre outros, consolidar e treinar conteúdos dados nas aulas para que os alunos não avancem para novos conteúdos sem terem apreendido os anteriores. Estes apoios deverão ser permanentemente monitorizados. Os grupos do apoio funcionarão sem alunos fixos, organizados em função do perfil dos alunos, e estes devem ir saindo e entrando nos apoios em função das dificuldades existentes ou ultrapassadas. É fundamental continuar a manter elevados níveis de motivação e expectativas positivas. Esta opinião foi corroborada pela coordenadora do 1º ciclo, Alice Pinharanda. Após reflexão dos conselheiros, o presidente concluiu que, no 1º e no 2º anos, os professores devem estar atentos às primeiras dificuldades e, sem retirar os alunos da sala de aula, deve ser-lhe dado apoio em regime de coadjuvação e em regime extra aula, com o mínimo de prejuízo das atividades extra curriculares. Ao apoio extra aula procurar-se-á atribuir um caráter de tutoria pedagógica. Equacionou-se a carga horária destes apoios apontando-se 1 hora semanal como o mais adequado.

No que concerne ao terceiro ponto, procedeu-se à análise do relatório do projeto PAASA, tendo a conselheira Madalena Albuquerque elencado como aspetos que mais se destacam a elevada taxa de insucesso dos anos iniciais de ciclo (5º, 7º e 10º anos), mais acentuada no 7º ano, onde quinze alunos ficaram retidos por faltas, e o elevado número de alunos que transitou com níveis/classificações inferiores a três/dez. Estes alunos deverão, logo no início do 1º período, ser alvo de estratégias que permitam ultrapassar as suas dificuldades. Na sua definição devem ser envolvidos pais e professores, bem como a equipa multidisciplinar no caso dos alunos retidos por faltas. Acrescentou ainda que, em sede de Conselho de Diretores de Turma dos 2º e 3º ciclos, o dispositivo de avaliação foi considerado, por alguns diretores de turma, como sendo, em grande parte, responsável por estes resultados, pois, contrariamente a muitas escolas, tem como critério de retenção a meio de um ciclo a obtenção de nível inferior a três, cumulativamente, a português e matemática. Outra causa apontada, por alguns diretores de turma, foi o pouco peso atribuído à cidadania. Estas não foram opiniões consensuais. No entanto, o elevado número de alunos por turma foi apontado, no conselho de diretores de turma do ensino básico e no do ensino secundário, como um dos fatores de insucesso. O modelo da coadjuvação também deverá ser repensado. Quanto ao projeto em si, foi consensual a opinião de lhe dar continuidade uma vez que se revelou de grande utilidade, para além do impacto que criou ao nível de toda a escola pela reflexão que possibilitou. A equipa PAASA deve integrar outros coordenadores de departamento, a exemplo do que já acontece com a colaboração da conselheira Alice Pinharanda. Segundo o presidente, a

continuidade do projeto está dependente de uma avaliação do ponto de vista financeiro.

Em relação ao ponto quatro, o presidente, no seguimento do que aconteceu com os outros dois anos submetidos à avaliação externa, manifestou o seu regozijo uma vez que, também no 9º ano, o agrupamento regista progressos nos resultados obtidos em ambas as disciplinas, português e matemática. Ao nível do secundário, o presidente considerou os resultados interessantes, manifestando um certo constrangimento relativamente à descida registada pela disciplina de Biologia e Geologia A, o que, de certa forma, não surpreendeu a docente que vinha alertando para a falta de trabalho pela generalidade dos alunos. A disciplina com piores resultados foi História A, tendo a conselheira Maria José Espinha, como porta-voz dos docentes a este nível ligados, justificado tal ocorrência mostrando a sua estranheza/revolta ao terem verificado que no exame apareceu como tema de aprofundamento matéria que não o era (enquanto programa), daí a dificuldade enfrentada pelos alunos, os quais, já por si, denotaram pouco interesse pelo estudo ao longo do ano, pois turmas de mais de 30 alunos não convidam à aprendizagem nem ao apoio do docente a alunos com dificuldades e mais se afirma que o futuro não será risonho a menos que as chefias diminuam o número de alunos por turma. Em síntese, os resultados dos exames são globalmente positivos, com exceção de História A e Biologia e Geologia que estranhamente saíram da normalidade. Não obstante, o agrupamento situa-se, na globalidade, acima da média nacional, sendo espectável uma boa posição em termos nacionais.

Quanto ao ponto cinco, o presidente começou por referir que o documento em apreço encerra em si a súmula da preparação do próximo ano letivo. Da análise efetuada, há a destacar, em relação aos desenhos curriculares, o facto de, no 4º ano, o inglês deixar de ser uma AEC e passar a curricular. Também nestes anos escolares haverá Iniciação à Programação, uma experiência que poderá ser muito positiva, já que conduz os alunos à reflexão. Como novidade para os docentes do 1º ciclo, surge a possibilidade de os intervalos poderem ser geridos por cada um, porque as turmas passarão a estar todas juntas. Nesta altura, interveio a conselheira Maria José Espinha para, em nome dos docentes de EMRC, solicitar a oferta desta disciplina no 1º ciclo apenas aos 3º e 4º anos, o que irá acontecer como opção. Por sua vez, a conselheira Fátima Pais informou que, apesar da AEC de Inglês não integrar o departamento que coordena, houve a preocupação de existir um trabalho de articulação entre as equipas, tendo a assessora de inglês do 2º ciclo solicitado a presença da coordenadora das AEC de Inglês na reunião final da sua equipa pedagógica, onde foram expostos constrangimentos e apresentadas sugestões que serão oportunamente comunicados ao senhor diretor.

Em seguida, o presidente informou que, a partir do 2º ciclo, os horários de todas as turmas contemplarão uma hora em comum com o respetivo diretor de

turma. Perante a eventualidade, colocada no conselho de diretores de turma dos 2º e 3º ciclos, de Oficina de Escrita ser substituída, no 2º ciclo, pela componente de Formação Cívica, a conselheira Fátima Pais fez saber que a avaliação feita, em sede de departamento, sobre os benefícios dessa área, foi muito positiva, constatando-se o seu contributo nos resultados das provas finais de português, sobretudo no 9º ano. Esta valorização foi corroborada ao longo do ano por docentes de outras disciplinas bem como, no momento, por outros conselheiros. A conselheira Madalena Albuquerque disse que, ao haver uma hora comum entre o diretor de turma e a turma, esta proposta não tinha razão de ser uma vez que esta hora vinha de encontro ao pedido feito nos dois conselhos de diretores de turma, básico e secundário. O presidente informou, então, que Oficina de Escrita manter-se-á nos 2º e 3º ciclos, com exceção do 9º ano, onde será substituída pela área de Introdução à Cultura e Línguas Clássicas, a qual se constitui como uma oferta que poderá ser muito educativa, procurando uma estreita articulação com a disciplina de História. Também sobre esta oferta, a coordenadora do departamento de línguas informou que a sua implementação não foi consensual, pois há professores a concordarem e outros a manifestarem o seu desagrado pela substituição.

O conselheiro Joel Sousa propôs que aos docentes responsáveis pelas PAP sejam atribuídas duas/três horas para o exercício dessas funções, tendo o presidente declinado essa sugestão, uma vez que não existe suporte legal para essa concretização.

A conselheira Maria José Espinha, na senda de a escola cativar a família para o acompanhamento efetivo dos alunos, propôs a criação de uma comissão de acompanhamento aos pais, com o propósito de os ajudar a acompanhar os filhos a traçar o seu futuro. Após várias intervenções, o presidente declarou que o agrupamento pode desenvolver um projeto com a Câmara Municipal e com a Ação Social, ficando a conselheira Adelina Figueira encarregue de estabelecer essa ligação com a equipa multidisciplinar.

Ainda no âmbito dos critérios organizativos, a conselheira Anabela Pascoal colocou a hipótese de ser equacionada a experiência de as atividades pararem de cinquenta em cinquenta minutos, tendo o diretor respondido que isso não é possível este ano. Não obstante, essa ideia poderá ser estudada ao longo do ano. Após a aprovação do projeto Agarra o Futuro, que engloba duas turmas de alunos repetentes do 7º ano, deu-se também como aprovado o plano estratégico para o próximo ano letivo. Não obstante serão introduzidas algumas alterações no projeto apresentado, as quais logo que possível serão enviadas aos conselheiros.

O Plano Estratégico para o ano de 2015-2016 foi aprovado por unanimidade.

No que diz respeito ao ponto seis, foi ratificado o despacho de aprovação, proferido pelo senhor Diretor, do programa educativo individual da aluna Ana Rita Duarte Inácio, 7.º B, avaliada por referência à Classificação Internacional

de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, tendo os resultados determinado a sua elegibilidade para os apoios especializados no âmbito da educação especial, com aplicação das alíneas a) “apoio pedagógico personalizado”; alínea d) “adequações no processo de avaliação” e alínea f) “tecnologias de apoio”. Foram ainda presentes os programas educativos individuais dos alunos Lara Peixoto Amaral, 2.º ano, EB1 Fagilde, José Mário Fonseca Marques, 1.ºB, EB1 Mangualde, Samuel Valentino Lourenço Cardoso, JI de S. Julião, Sara Isabel Ferreira Santos, JI S. Julião, Kevin Pantoja Costa, JI Conde D. Henrique, prevendo a aplicação das alíneas a); b) ;d); f). Verónica Dalila da Costa Teixeira, 2.ºC, EB1 Mangualde, com aplicação das alíneas a) e f). Carolina Pereira Almeida, JI Contenças de Baixo e Carlos Daniel Marques Alves, JI do Conde D. Henrique, beneficiando de adiamento da matrícula no 1º ano de escolaridade obrigatória. Submetidos a apreciação, os programas educativos individuais foram aprovados.

Ainda neste ponto, a conselheira Joaquina Gonçalves informou que, neste ano letivo, foram referenciados vinte três crianças/alunos. Vinte e uma foram objeto de uma avaliação especializada tendo como quadro de referência a CIF-CJ, das quais dezasseis reuniram critérios de elegibilidade para uma intervenção no âmbito da educação especial.

Já no ponto sete da ordem de trabalhos, a professora bibliotecária apresentou os resultados do processo de autoavaliação das bibliotecas do agrupamento. Foram inquiridos 107 docentes, 195 alunos e 54 pais. Os resultados obtidos nos perfis de desempenho foram os seguintes - GEA 3,31; ACO 3,04; ESFA 2,73, o que permite situar globalmente as bibliotecas no nível 3,02 (escala de 1 a 4). Foi ainda apresentada uma síntese dos pontos fortes e dos pontos fracos e propostas as seguintes ações de melhoria que mereceram a aprovação dos membros presentes: - reforçar o trabalho articulado com os diferentes Departamentos; atualizar de uma forma mais sistemática a coleção; melhorar a difusão dos recursos existentes nas bibliotecas junto dos alunos e docentes; continuar a promover a participação da BE em projetos e parcerias ao nível da escola, a nível local ou a um nível mais amplo; promover o moodle das BE's junto dos professores e dos alunos e incentivar os docentes a divulgar/partilhar recursos de apoio ao currículo das suas disciplinas; intensificar estratégias sobretudo com os docentes de Português/Oficina de Escrita para a dinamização de iniciativas conjuntas que incentivem nos alunos o gosto pela leitura e contribuam para o desenvolvimento das competências leitoras.

Passando-se ao ponto oito, a coordenadora do pré- escolar apresentou os resultados da avaliação final das aprendizagens das crianças. Referiu que a Formação Pessoal e Social (FPS) continua, à semelhança de anos anteriores, a acolher o maior número de crianças em área forte (98,4%). As crianças de três anos situaram-se maioritariamente no nível 3 (competências desenvolvidas

a necessitar de consolidação). No que diz respeito aos cinco anos, o grupo distribuiu-se maioritariamente pelos níveis 3, 4 e 5 (área forte). Apenas a matemática registou um valor percentual de 2.7. As médias mais elevadas registaram-se na FPS e na Expressão Motora (3,8). Por outro lado, as TIC (2,7) e a Linguagem oral (3,6) acolheram os valores médios mais baixos. Comparados estes resultados com os resultados obtidos na avaliação diagnóstica, constata-se que é menor a variação na área das TIC que nas outras área. Tal situação pode decorrer da insuficiente exploração deste equipamento por parte das crianças, fruto de um ainda deficiente apetrechamento das salas de JI com recursos informáticos. O presidente respondeu que era sua pretensão equipar algumas salas de JI com estes recursos.

A mesma conselheira, referindo-se de seguida à articulação curricular EPE/1ºCEB, fez um balanço positivo deste projeto intitulado “animais em extinção,” sublinhando que nele estiveram envolvidas aproximadamente 415 crianças do PE e 1º CEB e 42 docentes dos dois níveis educativos. Concluiu fazendo referência ao projeto “Ver, observar, dialogar” desenvolvido a título experimental, este ano, pelo seu departamento, que se traduziu na observação de práticas pedagógicas por pares. Dado o seu interesse, os docentes envolvidos manifestaram vontade em dar continuidade ao projeto, no próximo ano letivo.

Em Outros assuntos, nada foi referido.

Por mais nada haver a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da lei.

O Presidente:

O Secretário: